

Carta de apoio a Lula dos criadores e influenciadores progressistas

Dez compromissos que reivindicamos para o próximo governo

Nós, influenciadores do campo progressista, criadores de conteúdo digital, comunicadores e artistas, **manifestamos nosso apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República.**

Fazemos essa escolha porque entendemos que a continuidade e o aprofundamento de um projeto democrático para o país passam também pela disputa sobre os rumos da comunicação e da tecnologia. E é justamente porque declaramos nosso apoio, que queremos contribuir para que essa agenda ocupe um lugar central no programa e no próximo governo.

Nas últimas décadas, poucas empresas privadas passaram a controlar as principais infraestruturas pelas quais produzimos informação, encontramos nosso público, construímos comunidades, realizamos trabalho político e cultural e, para muitos de nós, obtemos nossa renda.

Não somos apenas usuários dessas plataformas. Trabalhamos nelas e através delas. Produzimos parte significativa dos textos, vídeos, fotografias, ilustrações, análises e debates que circulam nesses espaços. Construímos comunidades durante anos e, ainda assim, temos pouco poder sobre as condições em que nosso próprio trabalho circula.

Uma empresa pode alterar seu algoritmo e modificar drasticamente nosso alcance; suspender uma conta ou retirar sua monetização; mudar suas regras de distribuição; encerrar ferramentas das quais dependemos; ou determinar em que condições nosso conteúdo poderá ser utilizado por sistemas de inteligência artificial. Decisões tomadas por um pequeno número de empresas têm consequências diretas para nosso trabalho e para a própria comunicação pública.

Por isso, política digital não é, para nós, uma questão exclusivamente técnica. É uma questão de comunicação, trabalho, cultura, democracia e soberania.

É com esse compromisso que declaramos nosso apoio à candidatura de Lula e apresentamos dez pontos que queremos ajudar a transformar em política de Estado no próximo governo.

1. Transparência dos sistemas de recomendação

Quem trabalha com comunicação tem o direito de compreender as estruturas que interferem na circulação do seu trabalho. As grandes plataformas devem prestar contas sobre os critérios utilizados para recomendar, ordenar, impulsionar, restringir e monetizar conteúdos, informar mudanças relevantes nesses sistemas e oferecer acesso adequado aos dados necessários para compreender seus efeitos.

Essa transparência também precisa poder ser verificada de forma independente. Defendemos mecanismos que permitam a pesquisadores, jornalistas e organizações da sociedade civil, sob regras de proteção de dados e privacidade, investigar o funcionamento desses sistemas e avaliar seus impactos sobre a comunicação pública.

Sistemas que organizam a visibilidade e a circulação da comunicação de milhões de pessoas não podem ter suas regras definidas e alteradas unilateralmente sem mecanismos efetivos de transparência que permitam fiscalização e prestação de contas.

Não existe fiscalização pública efetiva quando apenas a empresa fiscalizada possui os dados necessários para compreender o que está acontecendo.

2. Interoperabilidade, portabilidade e direito de saída

Nossa relação deve ser com nosso público, e não obrigatoriamente com uma empresa.

Hoje, construir uma comunidade durante anos em uma plataforma significa construir um patrimônio comunicacional que permanece, em grande medida, aprisionado dentro dela. Sair pode significar perder quase todo o trabalho acumulado na construção daquela rede, enquanto as plataformas seguem se beneficiando do que construímos.

Defendemos regras de interoperabilidade que permitam, quando tecnicamente aplicável, a comunicação entre diferentes serviços digitais, assim como mecanismos efetivos de portabilidade de conteúdos, dados e conexões sociais.

Queremos poder escolher onde publicar sem estarmos obrigados ou obrigarmos nosso público a estar preso ao mesmo serviço para que possam acompanhar nossa produção.

Se abandonar uma plataforma significa perder anos de relações construídas através do nosso trabalho, permanecer nela deixa de ser inteiramente uma escolha.

3. Direito de escolha sobre os algoritmos

Seguir alguém deveria significar poder acompanhar essa pessoa.

Hoje, alguém pode escolher acompanhar a conta de um comunicador, artista ou veículo e, ainda assim, deixar de receber suas publicações simplesmente porque um sistema de recomendação decidiu mostrar outros conteúdos.

Defendemos o direito dos usuários de escolher diferentes formas de organizar aquilo que recebem, incluindo feeds cronológicos e, quando tecnicamente possível, sistemas alternativos de recomendação.

Nenhuma empresa deveria possuir controle absoluto sobre a camada algorítmica existente entre quem deseja comunicar e quem escolheu receber aquela comunicação.

Queremos recuperar autonomia sobre a relação entre comunicadores e seus públicos.

4. Moderação transparente, proteção e direito de recurso

Precisamos de moderação, mas também precisamos de direitos diante de quem modera.

Comunicadores estão sujeitos a assédio coordenado, ameaças, perseguição, campanhas de desinformação e diferentes formas de violência digital. Plataformas precisam possuir mecanismos eficazes para enfrentar esses fenômenos.

Ao mesmo tempo, decisões de moderação podem remover publicações, suspender contas, impedir monetização ou comprometer anos de trabalho.

Defendemos regras transparentes, notificação clara sobre decisões que afetem contas e conteúdos, indicação da regra aplicada, canais acessíveis de contestação, prazos adequados de resposta e revisão humana para decisões de maior impacto.

Moderação não pode significar poder arbitrário das plataformas. Quem comunica precisa conhecer as regras, estar protegido contra violência e poder contestar decisões.

5. Inteligência artificial, autoria e proteção do trabalho humano criativo

A expansão da inteligência artificial generativa coloca uma questão de extrema importância para nós: quem pode se apropriar do trabalho produzido por milhões de pessoas e em quais condições?

Textos, fotografias, ilustrações, músicas, vozes, vídeos, reportagens e outras formas de produção cultural e informacional compõem o universo de materiais que podem ser utilizados no desenvolvimento e operação de sistemas de inteligência artificial.

Publicar uma obra ou conteúdo em uma plataforma não deve equivaler automaticamente a conceder autorização irrestrita para sua utilização comercial no desenvolvimento de sistemas de IA.

Defendemos transparência sobre termos de uso para a utilização de conteúdos e obras; mecanismos efetivos de proteção de direitos autorais e direitos de personalidade; regras para usos comerciais; proteção contra clonagem não consentida de voz, imagem e identidade; e mecanismos adequados de identificação de conteúdos sintéticos quando sua origem for relevante.

Também exigimos transparência quando sistemas de IA forem utilizados pelas próprias plataformas para moderar, recomendar, classificar ou monetizar nosso trabalho.

Não aceitaremos um futuro em que o trabalho humano fornece a matéria-prima, empresas privadas concentram o valor econômico produzido e os próprios trabalhadores passam a competir com sistemas construídos a partir de sua própria produção.

6. Direitos econômicos dos criadores

Produzir conteúdo é trabalho e sustenta parte importante da economia das plataformas digitais e da propriedade de seus donos super-ricos. No entanto, quem produz efetivamente esse valor possui pouco poder de negociação sobre sua distribuição.

Defendemos regras mais justas para a remuneração de criadores, transparência na divisão das receitas geradas por publicidade e outras formas de monetização e

proteção contra mudanças unilaterais nas condições econômicas oferecidas pelas plataformas.

Se nosso trabalho produz valor para as plataformas, precisamos participar de forma justa do valor que ajudamos a criar.

7. Infraestrutura digital pública, aberta e descentralizada

Não queremos apenas regras melhores para as plataformas que existem. Queremos ampliar as possibilidades de comunicação que podem existir.

O Brasil reconheceu historicamente que comunicação, cultura e circulação de conhecimento não podem depender exclusivamente das vontades do mercado. Foi esse princípio que justificou políticas para televisão pública, rádios públicas e comunitárias, universidades, bibliotecas e outras infraestruturas de interesse coletivo.

Precisamos levar esse princípio para o ambiente digital.

Defendemos uma política nacional de apoio a infraestruturas digitais públicas, comunitárias, cooperativas e sem fins lucrativos, baseadas em software livre, padrões abertos e protocolos interoperáveis.

Isso inclui financiamento para desenvolvimento, servidores, segurança, acessibilidade, moderação, formação e manutenção de iniciativas de web social aberta.

Queremos criar condições para que veículos, coletivos, universidades, movimentos sociais, comunidades e novos serviços digitais possam desenvolver e manter seus próprios espaços de comunicação, conectados por padrões abertos e interoperáveis. Fortalecer uma infraestrutura digital aberta é também criar condições para que novos atores possam entrar nesse mercado e concorrer com plataformas hoje dominantes, reduzindo as barreiras que sustentam sua concentração.

Uma internet descentralizada somente será uma alternativa democrática se existirem condições materiais para sustentá-la.

8. Soberania digital e capacidade tecnológica nacional

Um país que depende integralmente de infraestruturas privadas estrangeiras para organizar sua comunicação possui autonomia limitada sobre sua própria esfera pública.

Mudanças realizadas unilateralmente em APIs, mecanismos de busca, sistemas de recomendação, políticas de monetização ou regras de moderação podem alterar imediatamente as condições de circulação da produção cultural e informacional brasileira.

Defendemos uma política nacional de soberania digital que fortaleça capacidade tecnológica brasileira, infraestrutura pública, pesquisa científica, software livre, padrões abertos e soluções interoperáveis e auditáveis.

O Estado brasileiro também deve utilizar seu poder de contratação e investimento para estimular tecnologias alinhadas ao interesse público e reduzir dependências tecnológicas estratégicas.

Soberania digital não significa fechar o Brasil para o mundo, mas significa garantir capacidade coletiva para decidir sobre as infraestruturas das quais nossa sociedade depende.

9. Proteção da comunicação de interesse público

A comunicação que circula nas redes não se resume ao conteúdo produzido para gerar retorno comercial. Jornalismo, divulgação científica, educação, cultura e comunicação comunitária cumprem funções públicas, mas hoje dependem, em grande medida, de plataformas cujas prioridades são definidas por interesses comerciais.

Defendemos uma política pública de fortalecimento da comunicação de interesse público no ambiente digital, com mecanismos de apoio à produção independente, comunitária, cultural, educativa, científica e jornalística, preservando a autonomia de quem produz e critérios públicos e transparentes para o acesso a esses recursos.

Uma esfera pública democrática precisa garantir condições para que conteúdos de interesse coletivo possam ser produzidos e chegar à sociedade sem depender exclusivamente da lógica comercial das grandes plataformas.

10. Mesa Permanente de Criadores Digitais

As políticas para o ambiente digital não podem ser construídas apenas entre governo e empresas de tecnologia. Criadores de conteúdo estão entre os principais responsáveis pela produção que circula nas plataformas e são diretamente afetados pelas regras e modelos de negócio definidos por elas. Ainda assim, têm pouca participação nos espaços em que essas políticas são discutidas.

Defendemos a criação, no âmbito da **Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, por meio da Secretaria de Políticas Digitais**, de uma **Mesa Permanente de Criadores Digitais**, que garanta representação de criadores de conteúdo e comunicadores digitais e mantenha interlocução com trabalhadores da comunicação, pesquisadores, organizações da sociedade civil e comunidades técnicas.

A Mesa deverá ter reuniões regulares e participação efetiva na formulação e no acompanhamento das políticas que incidam sobre o trabalho e a atuação dos criadores no ambiente digital, especialmente aquelas relacionadas às plataformas e à inteligência artificial.

Não queremos ser consultados e afetados apenas depois que as decisões forem tomadas. Queremos participar de sua construção.

Nosso apoio e nosso compromisso

Esta carta é, antes de tudo, **uma declaração de apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva**. É também a afirmação de que queremos participar ativamente da construção do projeto político que apoiamos.

Durante anos, quem trabalha com comunicação foi ensinado a se adaptar às plataformas, entender seus algoritmos, perseguir métricas, mudar formatos e linguagens e reconstruir audiências sempre que uma empresa altera suas regras. Queremos começar a inverter essa relação. A sociedade precisa ter poder para discutir e decidir sobre as infraestruturas que passaram a organizar parte tão importante da vida pública.

Não queremos uma internet controlada pelo Estado, assim como não aceitamos que ela seja governada unilateralmente por algumas das maiores empresas do mundo. Queremos ampliar escolhas, fortalecer direitos, construir alternativas e recuperar capacidade pública de decidir os rumos da comunicação digital no Brasil.

Apoiamos Lula porque queremos avançar nessa direção e porque acreditamos que o próximo governo pode abrir espaço para essa disputa. Os dez pontos desta carta expressam aquilo que, como criadores, comunicadores e trabalhadores da cultura, queremos construir junto a esse projeto.

Nosso apoio não significa abrir mão da crítica, da cobrança ou da nossa autonomia, pois acreditamos que apoiar também significa disputar os rumos do projeto que escolhemos apoiar.

Queremos estar ao lado de um governo que enfrente a concentração de poder das grandes plataformas, defenda a soberania brasileira e trate a comunicação digital como uma questão democrática. E queremos estar presentes na construção dessa agenda desde o primeiro dia.

Assinaturas:

- 300Noise (@300noise)
- Alexandre Simone (@historiasdeterapia)
- Alexandre Paes Leme (@alepaesleme)
- Aline de Assis (@alinelks)
- Amunchy (@amunchy.arts)
- Andre Alves (@andre.alves.oli)
- Andreza Delgado (@andrezadelgado_)
- BIANA (@bianaaf)
- Bibiana Terra (@bibilandia.co)
- Bruna Olliveira (@brunaolliveira)
- Bruna Pimenta (@bruolipimenta)
- Budejo Podcast (@budejopodcast)
- Cami Martins (punkdodevops)
- Camila Fremder (@cafremder)
- Carissa Vieira (@carissinhavieira)
- Carol Bonomi (@carolbonomi_)
- Carol Jesper (@portugueselegal)
- Carolina Packer (@carolina.packer)
- Ciência Materialista (@cienciamaterialista)
- Clariana Leal (@clarisleal)
- Cria Coletivo (@criacoletivo.cc)
- Cris Vector (@crisvector)
- Daniel Duncan (@danielduncan)
- Dante Emmanuel (@danteemmanuelsl)
- Dassayeve Lima (@saudementalcritica)
- Daisy Motta (@daisymotta)
- Diego José (@espanholtranqui)
- Dinelli (@dinelliarte)
- Doutor CMV (@comunicacaomuitoviolenta)
- Fabiana Lima (@cinemafilia)
- Fabio Cruz (@eusoufabao)
- Flávia Albuquerque (@despatologiza)
- Flávio Wetten (@lifeonadraw)

- Franchesca Aurora Weiss (@transpsicologa)
- Francisco Figueiredo (@figueiredo00_)
- Gabrielle Heinz (@gabrielleheinz)
- Glainá Boucinha (@glaina)
- Helder Maldonado (@helder_maldonado)
- Ing Lee (@inglee)
- Instituto Perifacon (@perifacon)
- Ítalo Costa (@oitalocostaa)
- Joe Loreto (@ahnegao)
- Judz (@nietzsche4speed)
- Juju dos Teclados (@jujudosteclados)
- Juliana Wallauer (@mamilospod)
- Junno Sena (@junnosena)
- Laila Zaid (@lailazaid)
- Lauany Schultz (@lauanyschulz)
- Laura Sabino (@mylaura_m)
- Leonardo Rodrigues (@psi.leonardorodrigues)
- Leticia Sarturi (@leticiasarturi)
- Lila Cruz (@colorlilas)
- Lucas Galdino (@historiasdeterapia)
- Lucas Lendo Livros (@lucas.lendo.livros)
- Lucca Najar (@luccanajar)
- Luiz Ribeiro (@jornalnota)
- Luiza de Souza (@ilustralu)
- Luma Mattos (@lumaplease)
- Orlando Calheiros (@ocalheiros)
- Magdiel (@137magdiel)
- Márcio Rolim (@marciorolimoficial)
- Marcela Casagrande (@martchela_)
- Maria Clara Villas (@mariaclaravillas)
- Matheus Sodré (@sodremat)
- Mayra Sigwalt (@mayrasigwalt)
- Miranda (@aquela.miranda)
- Miriam Castro (@_mikannn)
- Murilo Araújo (@muropequeno)
- Nath Finanças (@nathfinancas)
- Normose (@_normose)
- Pabyle Flauzino (@nutri.des.construida)
- Paula Cruz (@Thepaulacruz)
- Paula Villar (@artevillar)
- PJ Brandão (@hqsemroteiro)
- Presley Vasconcellos (@eupresley)
- Rita Von Hunty (@_rita_von_hunty)
- Sabrina Fernandes (@sabrinafbfernandes)

- Samira Soares (@NarrativasNegras)
- Sandro Justo (@sanjusto85)
- Silva João (@silvazuao)
- Svetlanna (@svetlanna.jpg)
- Tabata Romero @tabataromeroo
- Taz Assunção (@taz.assuncao)
- Thiago Guimarães (@orathiago)
- Ursula Dorada (@ursuladorada)
- Viracasacas Podcast (@viracasacas)
- Ygor Palopoli (@ygorpalopoli)
- Walter Lippold (@profwalterlippold)